

**Nº 58**

---

**Dimensão, evolução e projeção  
da pobreza por região e por  
estado no Brasil**

13 de julho de 2010



**Governo Federal**  
**Secretaria de Assuntos Estratégicos da**  
**Presidência da República**  
**Ministro Samuel Pinheiro Guimarães Neto**

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

**Presidente**  
Marcio Pochmann

**Diretor de Desenvolvimento Institucional**  
Fernando Ferreira

**Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais**  
Mário Lisboa Theodoro

**Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia**  
José Celso Pereira Cardoso Júnior

**Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas**  
João Sicsú

**Diretora de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais**  
Liana Maria da Frota Carleial

**Diretor de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura**  
Márcio Wohlers de Almeida

**Diretor de Estudos e Políticas Sociais**  
Jorge Abrahão de Castro

**Chefe de Gabinete**  
Pérsio Marco Antonio Davison

**Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação**  
Daniel Castro

URL: <http://www.ipea.gov.br>  
Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

## **Comunicados do Ipea**

Os *Comunicados do Ipea* têm por objetivo antecipar estudos e pesquisas mais amplas conduzidas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, com uma comunicação sintética e objetiva e sem a pretensão de encerrar o debate sobre os temas que aborda, mas motivá-lo. Em geral, são sucedidos por notas técnicas, textos para discussão, livros e demais publicações.

Os *Comunicados* são elaborados pela assessoria técnica da Presidência do Instituto e por técnicos de planejamento e pesquisa de todas as diretorias do **Ipea**. Desde 2007, mais de cem técnicos participaram da produção e divulgação de tais documentos, sob os mais variados temas. A partir do número 40, eles deixam de ser *Comunicados da Presidência* e passam a se chamar *Comunicados do Ipea*. A nova denominação sintetiza todo o processo produtivo desses estudos e sua institucionalização em todas as diretorias e áreas técnicas do **Ipea**.

## Apresentação

O presente *Comunicado do Ipea* trata da temática da pobreza no Brasil, especialmente no que diz respeito à sua dimensão e evolução nas regiões e estados da federação. Duas são as partes constitutivas, a saber:

- a seção 1 descreve brevemente a evolução da taxa de pobreza por região e estados da federação no período da estabilidade monetária (1995 – 2008); e
- a seção 2 projeta a trajetória possível da pobreza nas grandes regiões e estados da federação para o ano de 2016, conforme o melhor desempenho verificado no período anteriormente selecionado.

As informações quantitativas primárias utilizadas são oriundas da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do IBGE, assim como das Contas Nacionais e Regionais. As linhas de pobreza absoluta e extrema utilizadas foram estabelecidas pelo critério de rendimento médio domiciliar *per capita*, respectivamente, de até meio salário mínimo mensal e de até um quarto de salário mínimo mensal.

Para medir o grau de desigualdade de renda utilizou-se o índice de Gini, que varia de 0 a 1 (quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade). Cabe destacar que este estudo antecipa sinteticamente parte do conjunto de pesquisas em curso no Instituto<sup>1</sup>.

### 1 – Dimensão e evolução da pobreza no regime de estabilidade monetária

Entre 1995 e 2008, 12,8 milhões de pessoas saíram da condição de pobreza absoluta (rendimento médio domiciliar *per capita* de até meio salário mínimo mensal), permitindo que a taxa nacional dessa categoria de pobreza caísse 33,6%, passando de 43,4% para 28,8%.

No caso da taxa de pobreza extrema (rendimento médio domiciliar *per capita* de até um quarto de salário mínimo mensal), observa-se um contingente de 13,1 milhões de brasileiros a superar essa condição, o que possibilitou reduzir em 49,8% a taxa nacional dessa categoria de pobreza, de 20,9%, em 1995, para 10,5%, em 2008.

No entanto, a diminuição generalizada nas taxas de pobreza absoluta e extrema entre 1995 e 2008 não ocorreu de forma uniforme entre as grandes regiões geográficas e estados do País. Ao se considerar as regiões foram obtidos os seguintes resultados:

- **Região Sul**

Taxa de pobreza absoluta caiu 47,1%

Taxa de pobreza extrema caiu 59,6%

---

<sup>1</sup> Este documento contou com a assistência e colaboração de Jorge Abrahão de Castro, Milko Matijascic, Guilherme Dias, Richard Santos, Waldery Rodrigues Junior, Rafael Osório, Thaís Nunes e Vinícius Maciel.

- **Região Sudeste**

Taxa de pobreza absoluta caiu 34,8%

Taxa de pobreza extrema caiu 41,0%

- **Região Nordeste**

Taxa de pobreza absoluta caiu 28,8%

Taxa de pobreza extrema caiu 40,4%

- **Região Centro-Oeste**

Taxa de pobreza absoluta caiu 12,7%

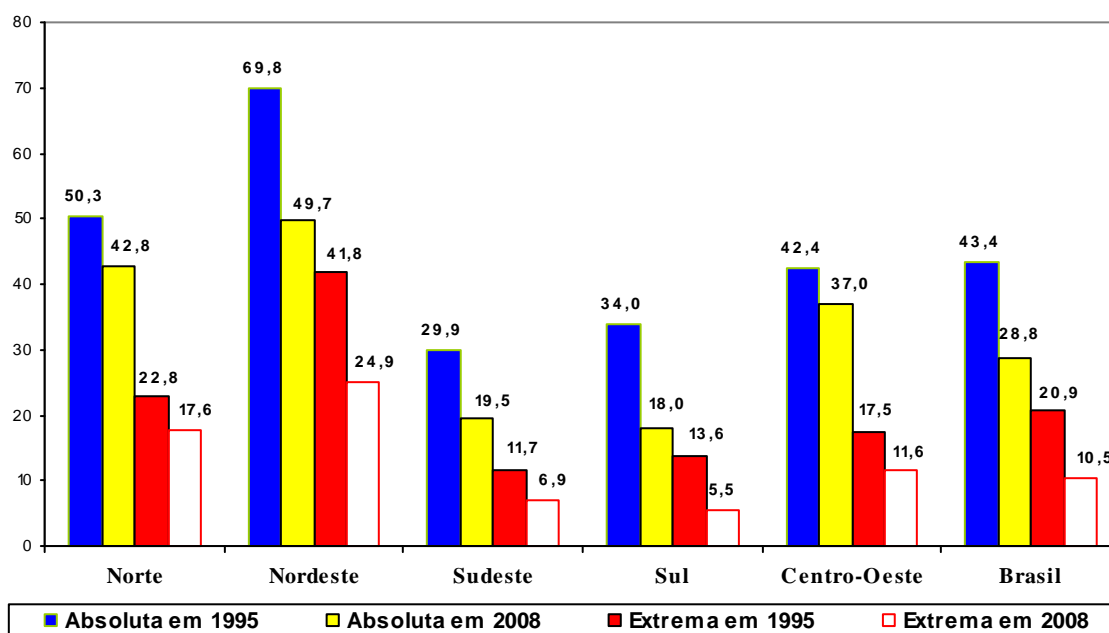
Taxa de pobreza extrema caiu 33,7%

- **Região Norte**

Pobreza absoluta caiu 14,9%

Pobreza extrema caiu 22,8%.

**Gráfico 1 – Taxas de pobreza absoluta e extrema nas grandes regiões em 1995 e 2008 (em %)**



Fonte: IBGE - PNAD (Elaboração Ipea)

### Pobreza absoluta nos estados

Quando considerado o conjunto das unidades da federação, observa-se também elevada assimetria no comportamento das taxas de pobreza. Os estados que apresentaram maior redução acumulada na taxa de pobreza absoluta entre 1995 e 2008 foram: Santa Catarina (61,4%), Paraná (52,2%) e Goiás (47,3%). Por outro lado, os

estados com menor diminuição acumulada na taxa de pobreza absoluta foram: Amapá (12,0%), Distrito Federal (18,2%) e Alagoas (18,3%).

Em 2008, Alagoas foi o estado que registrou a maior taxa de pobreza absoluta (56,6%), seguido do Maranhão (55,9%) e Piauí (52,9%). Em 1995, os três estados com maior taxa de pobreza absoluta eram: Maranhão (77,8%), Piauí (75,7%) e Ceará (70,3%).

Para o mesmo ano (1995), os estados com menor taxa de pobreza absoluta eram: São Paulo (20,7%), Distrito Federal (23,6%) e Santa Catarina (29,8%). Treze anos depois (2008), os estados com menor taxa de pobreza absoluta foram: Santa Catarina (11,5%), São Paulo (12,8%) e Rio de Janeiro (18,2%).

### **Pobreza extrema nos estados**

Em relação à taxa de pobreza extrema, observa-se que em 1995, Maranhão (53,1%), Piauí (46,8%) e Ceará (43,7%) eram os estados com maior proporção de miseráveis no País. Para o ano de 2008, Alagoas foi o estado da federação com a maior taxa de pobreza extrema (32,3%), seguido do Maranhão (27,2%) e do Piauí (26,1%).

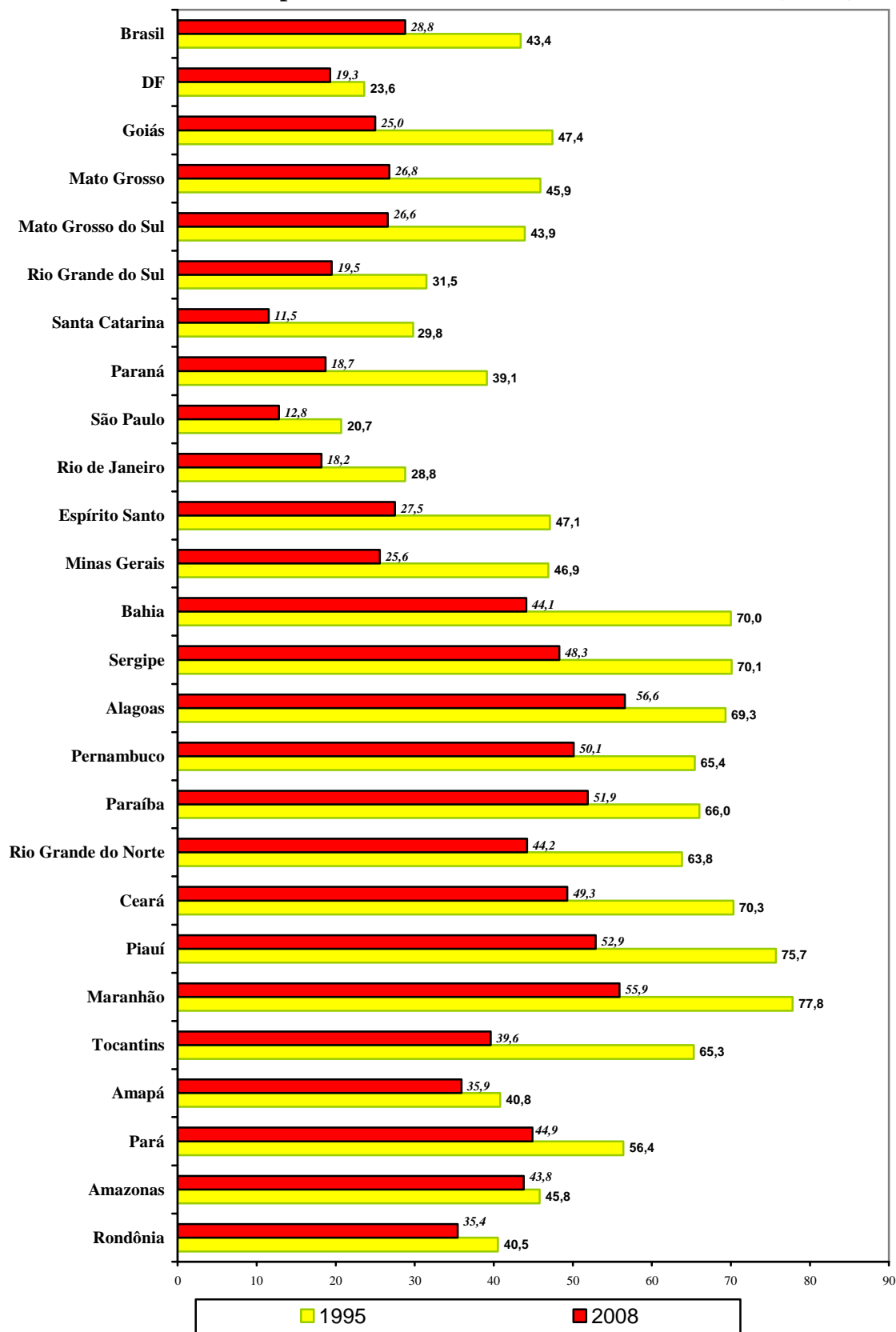
Ainda para o ano de 2008, constata-se também que os estados com menor taxa de pobreza extrema foram: Santa Catarina (2,8%), São Paulo (4,6%) e Paraná (5,7%). Em 1995, os estados que registravam menor taxa de pobreza extrema eram São Paulo (7,1%), Distrito Federal (8,8%) e Rio de Janeiro (9,9%).

### **Desigualdade de renda**

Ao se considerar também a evolução da desigualdade de renda, nota-se que, em 1995, São Paulo (0,53) foi o estado com menor índice de Gini do País (o índice varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade), seguido de Santa Catarina (0,54), Goiás (0,55), Mato Grosso do Sul (0,55) e Mato Grosso (0,55). O estado de Alagoas (0,64) foi o ente federativo com o mais elevado índice de Gini, acompanhado de Tocantins (0,63) e Ceará (0,62) para o mesmo ano.

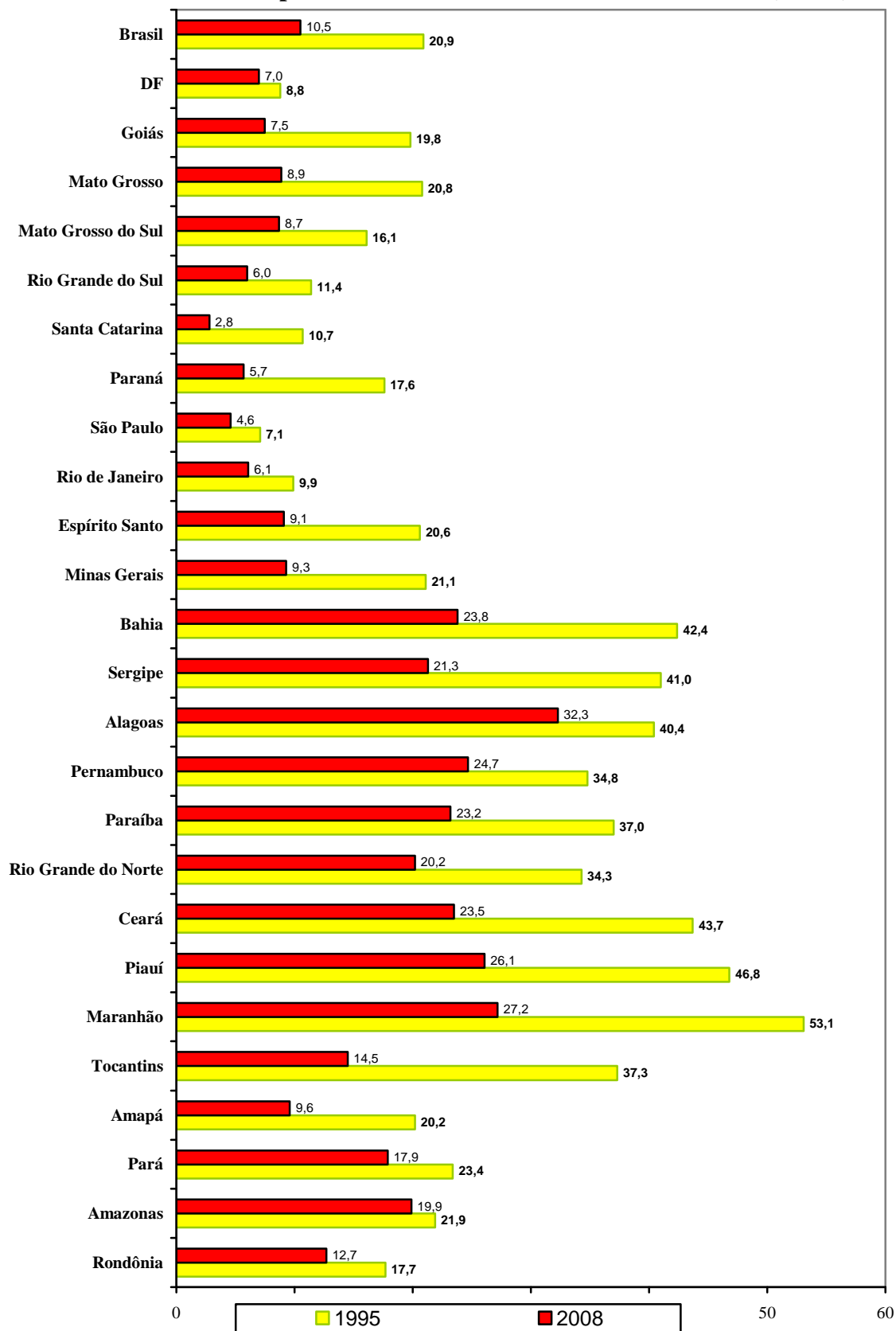
Em 2008, os estados da federação com maior desigualdade de renda foram: Distrito Federal (0,62), Alagoas (0,58) e Paraíba (0,58). Já os estados com menor grau de desigualdade de renda segundo o índice de Gini foram: Amapá (0,45), Santa Catarina (0,46) e Rondônia (0,48).

**Gráfico 2 – Taxas de pobreza absoluta nos estados em 1995 e 2008 (em %)**



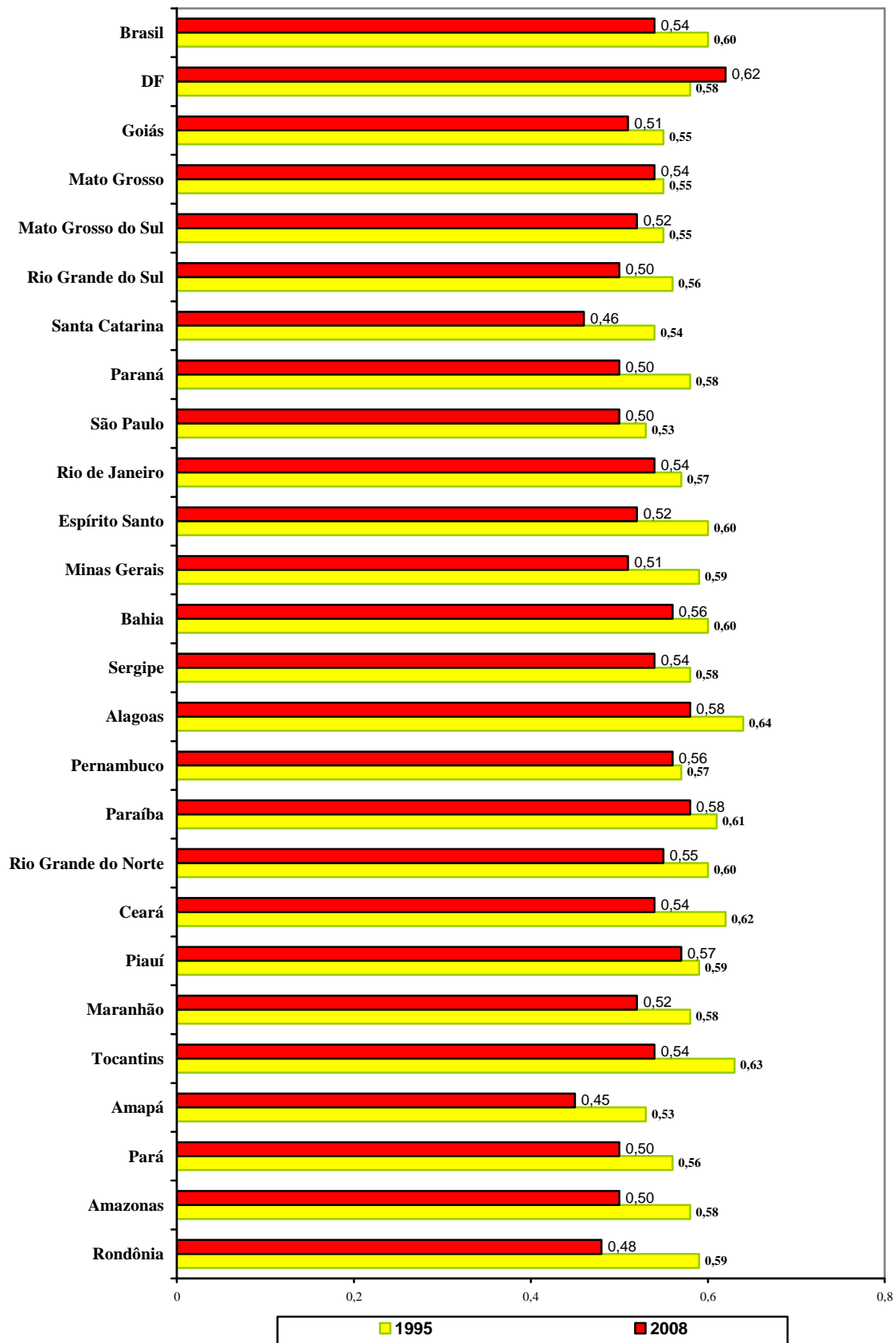
Fonte: IBGE - PNAD (Elaboração Ipea)

**Gráfico 3 – Taxas de pobreza extrema nos estados em 1995 e 2008 (em %)**



Fonte: IBGE - PNAD (Elaboração Ipea)

**Gráfico 4 – Desigualdade de renda nos estados em 1995 e 2008 (Índice Gini)**

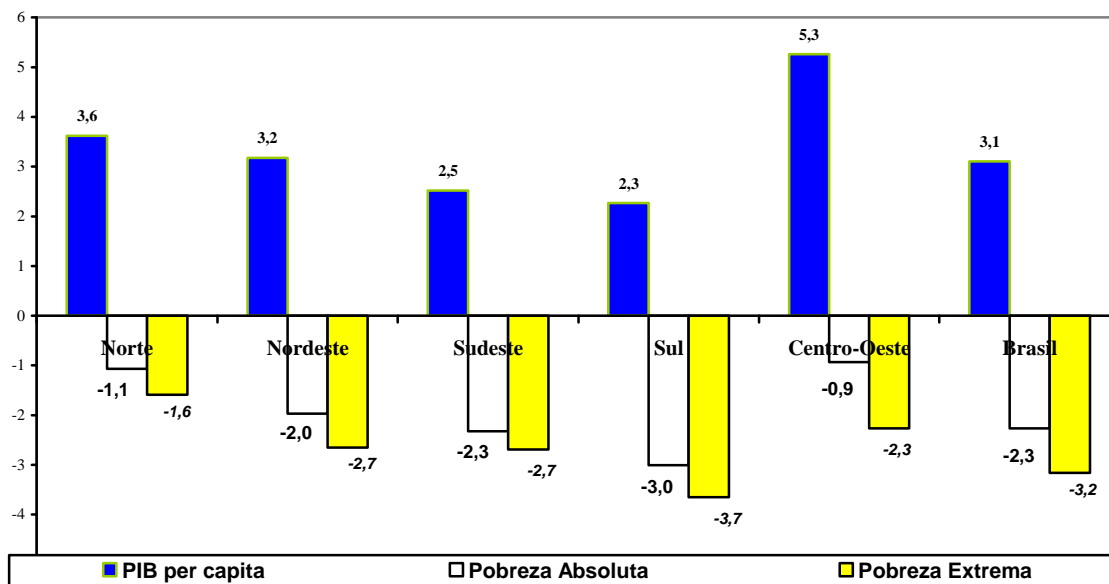


Fonte: IBGE - PNAD (Elaboração Ipea)



Entre 1995 e 2008, a região Centro-Oeste registrou o maior ritmo médio anual de expansão do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* (5,3%) do País, embora tenha sido simultaneamente a região do Brasil com o pior desempenho em termos de redução média anual da taxa de pobreza absoluta (-0,9%) e a segunda na diminuição média anual da taxa de pobreza extrema (-2,3%). Neste critério somente perdeu para a região Norte (-1,1%).

**Gráfico 5 – Evolução média anual do Produto Interno Bruto *per capita* e das taxas de pobreza absoluta e extrema nas grandes regiões em 1995 e 2008 (em %)**



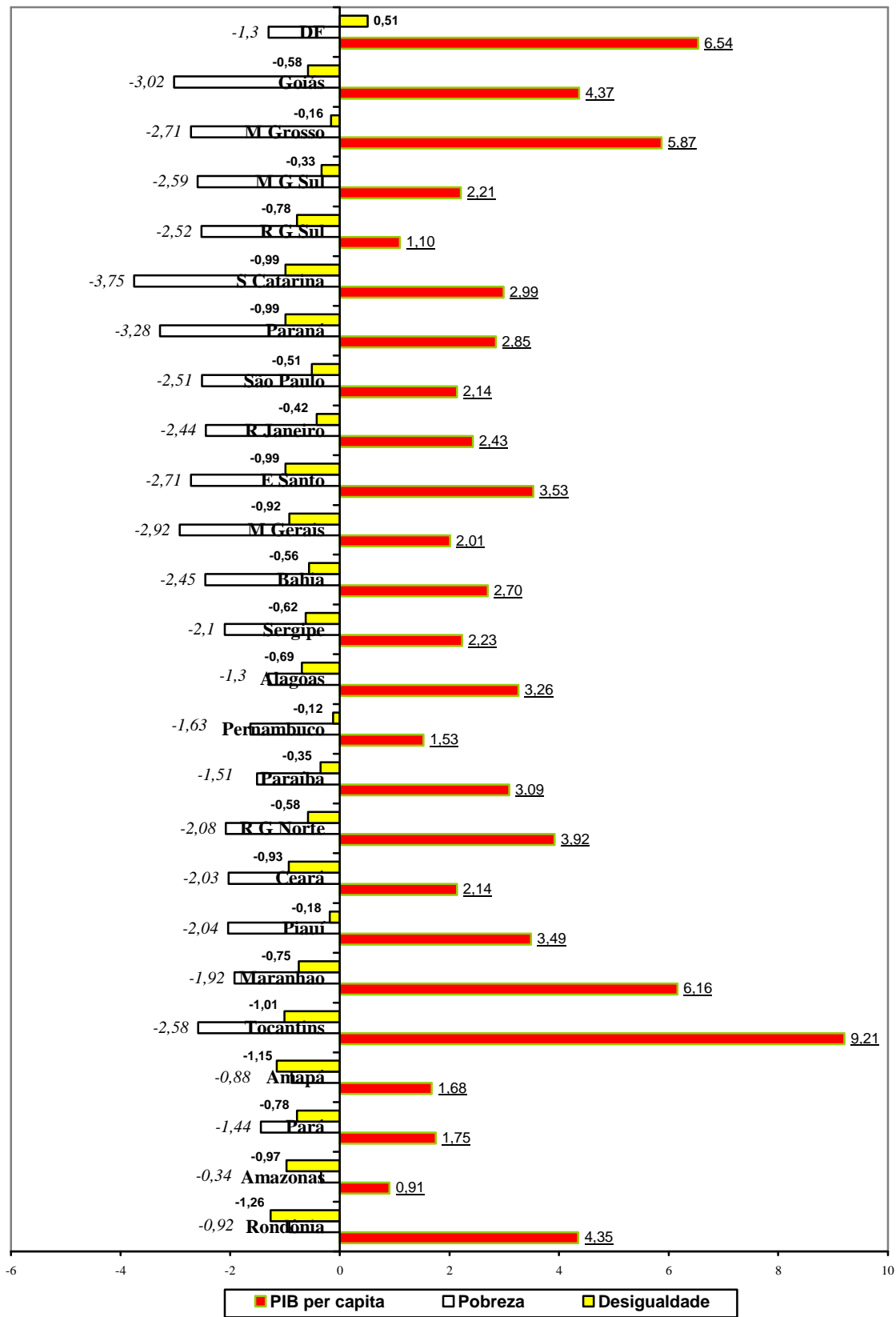
Fonte: IBGE – PNAD e Contas Nacionais e Regionais (Elaboração Ipea)

Em contrapartida, a região Sul, que registrou o menor ritmo de expansão médio anual do PIB por habitante (2,3%) foi a região do País que registrou o melhor desempenho em termos de redução nas taxas de pobreza absoluta (-3,0%) e extrema (-3,7%) entre 1995 e 2008. No segundo plano aparecem as regiões Sudeste (2,3%) e Nordeste (2,0%), com maiores reduções nas taxas de pobreza absoluta e extrema.

Nesse mesmo sentido, percebe-se que Tocantins (9,2%), Distrito Federal (6,5%) e Maranhão (6,2%) foram os estados da federação com maior ritmo de expansão do PIB *per capita*. Esses estados, contudo, não foram aqueles com maior redução na taxa de pobreza absoluta, cuja liderança esteve com Santa Catarina (3,7%), seguido do Paraná (3,3%) e Goiás (3,0%). Já os estados com menor diminuição na taxa de pobreza absoluta foram: Amazonas (0,3%), Amapá (0,9%) e Rondônia (0,9%)

No caso da desigualdade de renda, Rondônia foi o estado da federação com maior queda média anual no índice de Gini (1,3%), seguido do Amapá (1,1%) e Amazonas (1,0%). Na contramão, nota-se que o Distrito Federal foi o único ente federativo do País a registrar aumento no índice de Gini de desigualdade de renda entre 1995 e 2008 (0,5%). Na sequência, os estados com menor queda anual na desigualdade de renda foram: Pernambuco (0,1%), Piauí (0,2%) e Mato Grosso (0,2%).

**Gráfico 6– Evolução do Produto Interno Bruto, da desigualdade de renda e das taxas de pobreza absoluta e extrema entre 1995 e 2008 (em %)**

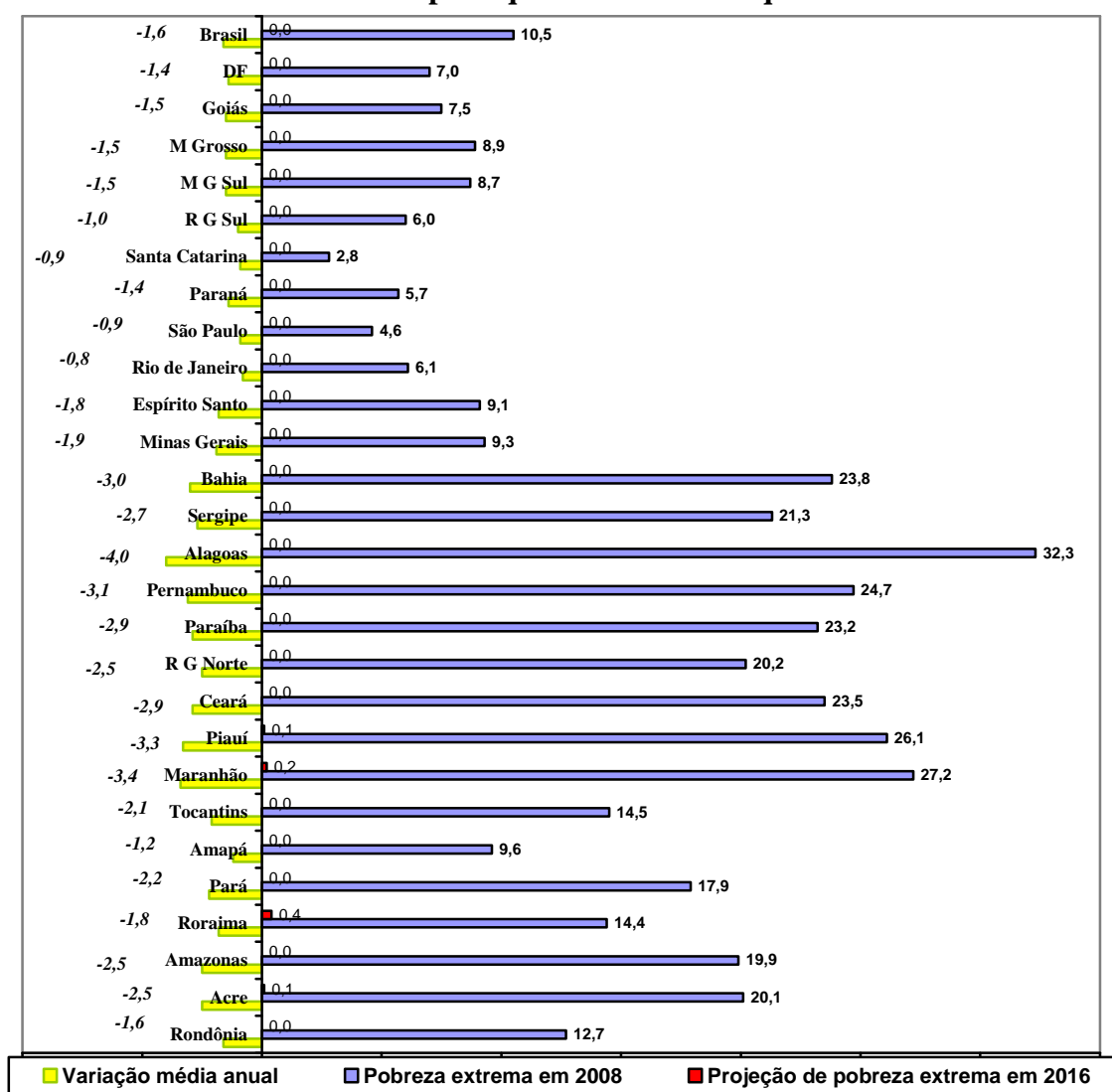


Fonte: IBGE - PNAD e Contas Nacionais e Regionais (Elaboração Ipea)

## 2 – Possível trajetória da pobreza nos próximos anos

Tendo em vista o comportamento positivo de queda nas taxas de pobreza observado durante o regime de estabilidade monetária, passa-se a considerar a possibilidade de o Brasil vir a superar a condição de pobreza extrema e reduzir sensivelmente a taxa de pobreza absoluta nos próximos anos. Quando se projeta no tempo a redução nas taxas de pobreza absoluta (3,1 pontos percentuais) e extrema (2,1 pontos percentuais) alcançada no período de maior registro de sua diminuição recente (2003-2008), pode-se inferir que em 2016 o Brasil terá superado a miséria e diminuído a 4% a taxa nacional de pobreza absoluta (leia no sítio do Instituto na internet o *Comunicado do Ipea n° 38*, de janeiro de 2010)<sup>2</sup>.

**Gráfico 7 – Brasil: ritmo de queda média anual necessária na taxa de pobreza extrema entre 2009 e 2016 para que o Brasil erradique a miséria em 2016**

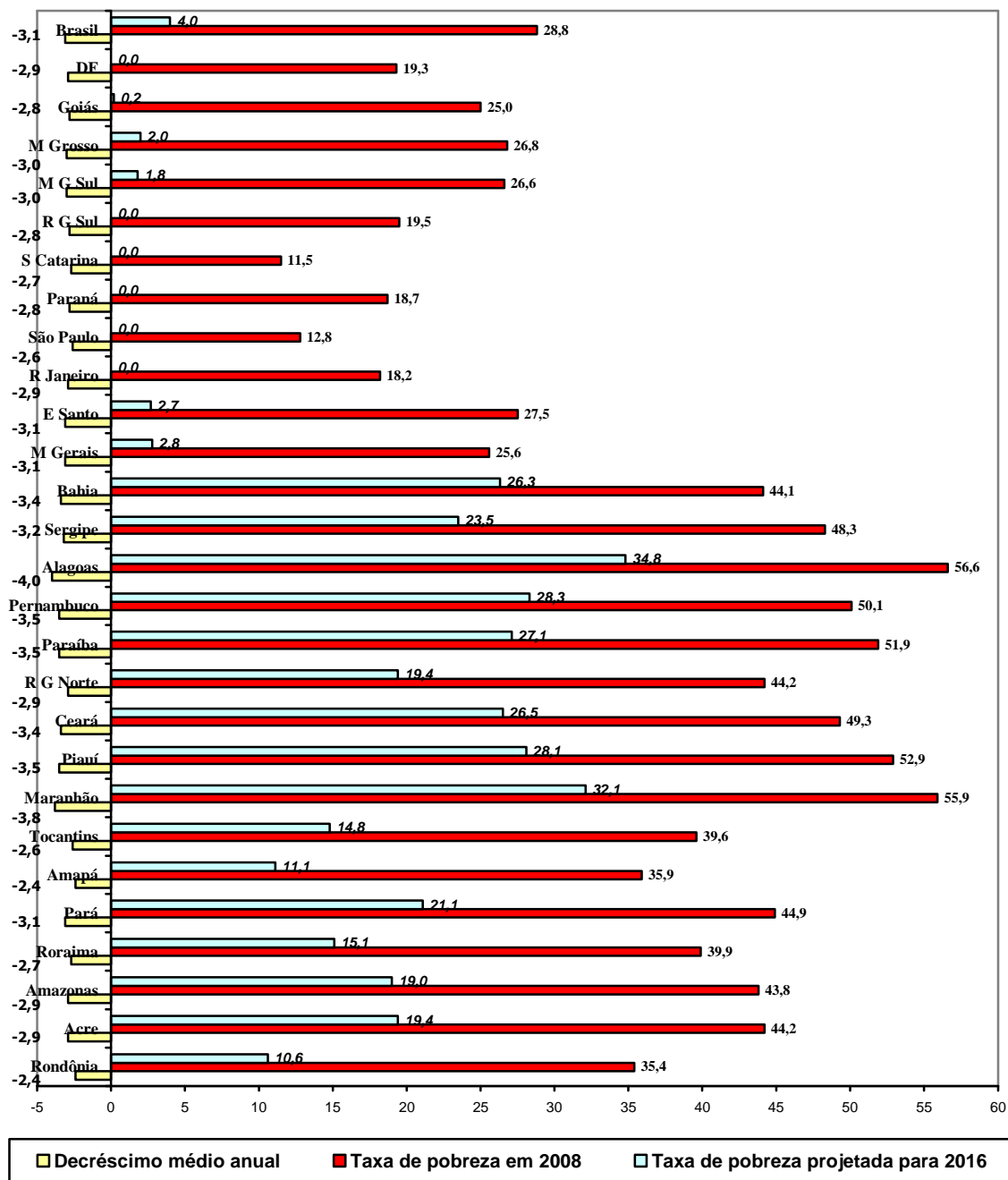


Fonte: IBGE - PNAD (Elaboração Ipea)

<sup>2</sup> O período de 2003 a 2008 é destacado por ter sido, estatisticamente, o que registrou a mais intensa redução da pobreza absoluta e extrema na avaliação quantitativa da queda no comportamento das taxas de pobreza durante o período recente de estabilidade monetária (1995 – 2008).

Mas para que essa projeção se torne realidade, os estados terão de apresentar ritmos diferenciados de redução na miséria, uma vez que registram enorme assimetria nas taxas atuais de pobreza extrema, como se pode observar entre Alagoas (32,3%) e Santa Catarina (2,8%). Neste sentido, o estado de Alagoas precisará, por exemplo, diminuir anualmente em 4 pontos percentuais a taxa de pobreza extrema para que tenha superado a condição de miséria em 2016, enquanto Santa Catarina, com queda de apenas 0,9 pontos percentuais anuais, pode atingir esta situação.

**Gráfico 8 – Brasil: ritmo de queda média anual necessária na taxa de pobreza absoluta entre 2009 e 2016 para que o Brasil registre somente 4% de pobres em 2016**



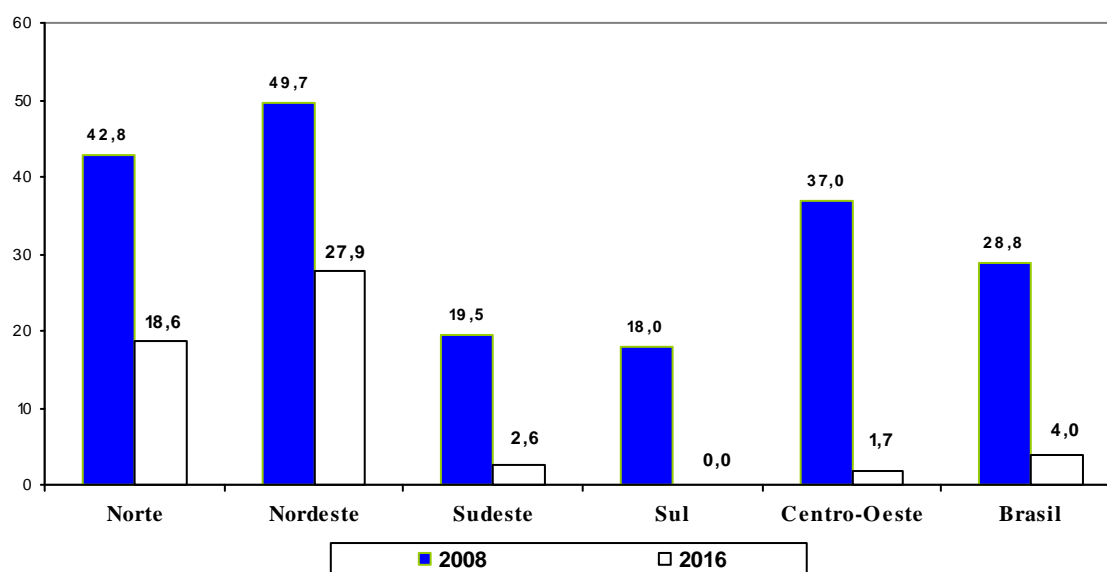
Fonte: IBGE - PNAD (Elaboração Ipea)

De todo modo, a projeção do comportamento anteriormente alcançado de queda na taxa de pobreza extrema permite que Santa Catarina e Paraná sejam os primeiros estados da federação a superar a condição de miséria já em 2012, seguidos de Goiás, Espírito Santo e Minas Gerais, em 2013. Para o ano de 2014, poderá ser a vez dos estados de São Paulo e Mato Grosso superarem a pobreza extrema, assim como Tocantins, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, em 2015. No ano de 2016, os demais estados poderão ter erradicado a miséria no País.

Já para que a taxa nacional de pobreza absoluta seja de 4% em 2016, o estado de Alagoas, por exemplo, deverá registrar queda de 4 pontos percentuais anuais na taxa dessa modalidade de pobreza, seguido da queda anual de 3,8 pontos percentuais no Maranhão e de 3,5 pontos percentuais em Pernambuco, Paraíba e Piauí. Para Rondônia, a diminuição anual de 2,4 pontos percentuais possibilitará atingir a projeção nacional de queda na taxa de pobreza absoluta em 2016 para 4%.

Destaca-se ainda que para o ano de 2013, por exemplo, o Paraná poderá ser o primeiro estado do país a ter superado a condição de pobreza absoluta. No ano de 2014, o estado de São Paulo poderá alcançar esta condição, seguido do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Distrito Federal, em 2015.

**Gráfico 9 – Brasil: taxa de pobreza absoluta em 2008 e projetada em 2016 (em %)**



Fonte: IBGE - PNAD (Elaboração Ipea)

Em se tratando das grandes regiões geográficas do Brasil, pode-se constatar que em 2016, caso a taxa nacional de pobreza absoluta atinja 4% da população, o Sul poderá ser a localidade do país a ter superado pela primeira vez a condição de pobreza absoluta. Para o mesmo ano, contudo, a região Nordeste poderá registrar ainda quase 28% de sua população na condição de pobreza absoluta.




### 3 - Considerações finais

Nesta segunda década do século XXI, o Brasil poderá eliminar uma das principais chagas resultantes da condição de subdesenvolvimento. Várias décadas após as nações desenvolvidas terem superado os problemas de pobreza absoluta e extrema, a economia brasileira prepara-se para passar a viver esta nova realidade. Para isso, a combinação do crescimento econômico com avanços sociais observada no período recente precisa ser aprofundada, com o necessário aperfeiçoamento de políticas públicas de alcance nacional, sobretudo daquelas voltadas ao atendimento das regiões e estados menos desenvolvidos.

O crescimento econômico, ainda que indispensável, não se mostra suficiente para elevar o padrão de vida de todos os brasileiros. A experiência recente do País permite observar que as regiões com maior expansão econômica não foram necessariamente as que mais reduziram a pobreza e a desigualdade. Cabe assinalar também tanto o perfil do crescimento econômico – se impulsionador intensivo ou não de empregos e da qualidade dos postos de trabalho gerados – como a capacidade de correção e proteção social das políticas públicas implementadas, bem como a convergência da sociedade no enfrentamento contínuo dos problemas brasileiros.

Por isso, ganha maior relevância o papel do Estado – em suas distintas esferas governamentais e concomitantemente às instituições da sociedade civil – na execução de uma política nacional de desenvolvimento que possibilite ao País enfrentar todos os problemas de ordem social. Por meio de políticas de Estado, não apenas de governos, o Brasil protagonizaria um novo padrão de desenvolvimento capaz de torná-lo a quinta economia do mundo, não mais desassociada dos necessários avanços sociais. O conjunto de dados apresentados por este *Comunicado do Ipea* permite apontar para a inédita oportunidade de superação da pobreza extrema e redução sensível da condição de pobreza absoluta para os próximos anos.

Dada a enorme assimetria entre estados e grandes regiões geográficas do País, cabe atenção e ação redobradas e específicas com vistas a monitorar o combate às grandes mazelas que ainda marcam a geografia nacional neste início de século XXI.



Ipea – Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada

Secretaria de Assuntos Estratégicos da  
Presidência da República